



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2509053046M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

3º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

TJ PE

CARGO:

Técnico Judiciário - Função Judiciária

MODELO/BANCA:

IBFC

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

9/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

9/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

**TJ PE - 3º Simulado - Técnico Judiciário -
Função Judiciária (Pós-Edital)**

LÍNGUA PORTUGUESA

Andréa Cerqueira

O que é vida? Mais precisamente, o que é a vida de um ser humano? O que e quem a define?

Já tive medo da morte. Hoje não tenho mais. O que sinto é uma enorme tristeza. Concordo com Mario Quintana: “Morrer, que me importa? (...) O diabo é deixar de viver.” A vida é tão boa! Não quero ir embora...

Eram 6h. Minha filha me acordou. Ela tinha três anos. Fez-me então a pergunta que eu nunca imaginara: “Papai, quando você morrer, você vai sentir saudades?”. Emudeci. Não sabia o que dizer. Ela entendeu e veio em meu socorro: “Não chore, que eu vou te abraçar...” Ela, menina de três anos, sabia que a morte é onde mora a saudade.

Cecília Meireles sentia algo parecido: “E eu fico a imaginar se depois de muito navegar a algum lugar enfim se chega... O que será, talvez, até mais triste. Nem barcas, nem gaivotas. Apenas sobre humanas companhias... Com que tristeza o horizonte avisto, aproximado e sem recurso. Que pena a vida ser só isto...”

Da. Clara era uma velhinha de 95 anos, lá em Minas. Vivía uma religiosidade mansa, sem culpas ou medos. Na cama, cega, a filha lhe lia a Bíblia. De repente, ela fez um gesto, interrompendo a leitura. O que ela tinha a dizer era infinitamente mais importante. “Minha filha, sei que minha hora está chegando... Mas, que pena! A vida é tão boa...”

Mas tenho muito medo do morrer. O morrer pode vir acompanhado de dores, humilhações, aparelhos e tubos enfiados no meu corpo, contra a minha vontade, sem que eu nada possa fazer, porque já não sou mais dono de mim mesmo; solidão, ninguém tem coragem ou palavras para, de mãos dadas comigo, falar sobre a minha morte, medo de que a passagem seja demorada. Bom seria se, depois de anunciada, ela acontecesse de forma mansa e sem dores, longe dos hospitais, em meio às pessoas que se ama, em meio a visões de beleza.

Mas a medicina não entende. Um amigo contou-me dos últimos dias do seu pai, já bem velho. As dores eram terríveis. Era-lhe insuportável a visão do sofrimento do pai. Dirigiu-se, então, ao médico: “O senhor não poderia aumentar a dose dos analgésicos, para que meu pai não sofra?”. O médico olhou-o com olhar severo e disse: “O senhor está sugerindo que eu pratique a eutanásia?”.

Há dores que fazem sentido, como as dores do parto: uma vida nova está nascendo. Mas há dores que não fazem sentido nenhum. Seu velho pai morreu sofrendo uma dor inútil. Qual foi o ganho humano? Que eu saiba, apenas a consciência apaziguada do médico, que dormiu em paz por haver feito aquilo que o costume mandava; costume a que freqüentemente se dá o nome de ética.

Um outro velhinho querido, 92 anos, cego, surdo, todos os esfíncteres sem controle, numa cama -de repente um acontecimento feliz! O coração parou. Ah, com certeza fora o seu anjo da guarda, que assim punha um fim à sua miséria! Mas o médico, movido pelos automatismos costumeiros, apressou-se a cumprir seu dever: debruçou-se sobre o velhinho e o fez respirar de novo. Sofreu inutilmente por mais dois dias antes de tocar de novo o acorde final.

Dir-me-ão que é dever dos médicos fazer todo o possível para que a vida continue. Eu também, da minha forma, luto pela vida. A literatura tem o poder de ressuscitar os mortos. Aprendi com Albert Schweitzer que a “reverência pela vida” é o supremo princípio ético do amor. Mas o que é vida? Mais precisamente, o que é a vida de um ser humano? O que e quem a define? O coração que continua a bater num corpo aparentemente morto? Ou serão os ziguezagues nos vídeos dos monitores, que indicam a presença de ondas cerebrais?

Confesso que, na minha experiência de ser humano, nunca me encontrei com a vida sob a forma de batidas de coração ou ondas cerebrais. A vida humana não se define biologicamente. Permanecemos humanos enquanto existe em nós a esperança da beleza e da alegria. Morta a possibilidade de sentir alegria ou gozar a beleza, o corpo se transforma numa casca de cigarra vazia.

Muitos dos chamados “recursos heroicos” para manter vivo um paciente são, do meu ponto de vista, uma violência ao princípio da “reverência pela vida”. Porque, se os médicos dessem ouvidos ao pedido que a vida está fazendo, eles a ouviriam dizer: “Liberta-me”.

Comovi-me com o drama do jovem francês Vincent Humbert, de 22 anos, há três anos cego, surdo, mudo, tetraplégico, vítima de um acidente automobilístico. Comunicava-se por meio do único dedo que podia movimentar. E foi assim que escreveu um livro em que dizia: “Morri em 24 de setembro de 2000. Desde aquele dia, eu não vivo. Fazem-me viver. Para quem, para que, eu não sei...”. Implorava que lhe dessem o direito de morrer. Como as autoridades, movidas pelo costume e pelas leis, se recusassem, sua mãe realizou seu desejo. A morte o libertou do sofrimento.

Dizem as escrituras sagradas: “Para tudo há o seu tempo. Há tempo para nascer e tempo para morrer”. A morte e a vida não são contrárias. São irmãs. A “reverência pela vida” exige que sejamos sábios para permitir que a morte chegue quando a vida deseja ir. Cheguei a sugerir uma nova especialidade médica, simétrica à obstetrícia: a “morienterapia”, o cuidado com os que estão morrendo. A missão da morienterapia seria cuidar da vida que se prepara para partir. Cuidar para que ela seja mansa, sem dores e cercada de amigos, longe de UTIs. Já encontrei a padroeira para essa nova especialidade: a “Pietà” de Michelangelo, com o Cristo morto nos seus braços. Nos braços daquela mãe o morrer deixa de causar medo.

— Rubem Alves, crônica publicada originalmente no jornal “Folha de São Paulo”, Caderno “Sinapse” do dia 12.10.2003.

- 1) **No início da crônica, o autor retoma a fala de Mario Quintana: “Morrer, que me importa? (...) O diabo é deixar de viver.” A função dessa citação é:**
- Introduzir um argumento de autoridade científica sobre os limites da vida.
 - Contrapor-se ao próprio pensamento do autor, que acredita não haver sentido na morte.
 - Reforçar a ideia de que o medo maior não está na morte em si, mas na interrupção da experiência de viver.
 - Evidenciar que a morte é o fim natural e inevitável de todos, devendo ser aceita sem resistência.
- 2) **A passagem em que a filha, com apenas três anos, consola o pai ao falar da morte revela:**
- O poder da inocência infantil de lidar com a morte de modo leve e despreocupado.
 - Que a criança, apesar da pouca idade, já compreende a morte como ausência e saudade.
 - A indiferença da infância diante de um tema que só preocupa os adultos.
 - Uma metáfora da religiosidade, já que a criança aparece como mensageira da vida eterna.

- 3) **Sobre o posicionamento de Rubem Alves em relação à medicina e aos chamados “recursos heroicos” de prolongamento da vida, pode-se afirmar que:**

- Ele critica o excesso de intervenções médicas que mantêm o corpo funcionando, mas retiram a dignidade da experiência humana.
- Defende que os médicos devem lutar pela vida a qualquer custo, mesmo que isso implique sofrimento para o paciente.
- Reconhece que a dor é necessária em qualquer circunstância, pois fortalece o espírito humano.
- Aceita a eutanásia apenas quando autorizada por lei e por autoridade religiosa.

- 4) **Leia o trecho:**

“Mas tenho muito medo do morrer. O morrer pode vir acompanhado de dores, humilhações, aparelhos e tubos enfiados no meu corpo, contra a minha vontade, sem que eu nada possa fazer, porque já não sou mais dono de mim mesmo.”

Sobre a análise morfossintática, assinale a alternativa correta.

- Em “*tenho muito medo do morrer*”, a expressão “do morrer” exerce função de objeto direto, enquanto “muito” atua como adjunto adverbial de intensidade.
- Em “*O morrer pode vir acompanhado de dores*”, o termo “acompanhado de dores” é predicativo do sujeito, e “de dores” é objeto indireto do verbo “acompanhar”.
- Em “*sem que eu nada possa fazer*”, a oração subordinada exerce função de adjunto adnominal do substantivo “vontade”, e “nada” funciona como objeto indireto do verbo “fazer”.
- Em “*porque já não sou mais dono de mim mesmo*”, a oração introduzida por “porque” é subordinada adverbial causal, “dono” funciona como predicativo do sujeito, e a expressão “de mim mesmo” é complemento nominal.

5) Leia o trecho da crônica:

“Mas o médico, movido pelos automatismos costumeiros, apressou-se a cumprir seu dever: debruçou-se sobre o velhinho e o fez respirar de novo. Sofreu inutilmente por mais dois dias antes de tocar de novo o acorde final.”

Sobre o uso das vozes verbais nesse fragmento, analise as afirmações:

- I – Em *“movido pelos automatismos costumeiros”*, o verbo encontra-se na voz passiva analítica, com sujeito paciente oculto (“o médico”).
- II – Em *“o fez respirar de novo”*, há um caso de voz ativa, em que o sujeito (“ele”, referente ao médico) pratica a ação sobre o objeto direto (“o”, referente ao velhinho).
- III – O verbo *“sofreu”* está na voz reflexiva, pois o sujeito pratica e recebe a ação ao mesmo tempo.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas a afirmativa II está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

6) Leia o trecho da crônica:

“Bom seria se, depois de anunciada, ela acontecesse de forma mansa e sem dores, longe dos hospitais, em meio às pessoas que se ama, em meio a visões de beleza. Mas a medicina não entende.”

Sobre a estruturação sintática e a relação entre as orações, assinale a alternativa correta.

- a) O período apresenta apenas orações coordenadas, ligadas por conjunções aditivas e adversativas.
- b) A oração *“depois de anunciada”* é uma subordinada adverbial causal, que justifica a possibilidade de a morte ser mansa.
- c) O segmento *“em meio às pessoas que se ama”* é oração subordinada adverbial final, que indica a finalidade da morte desejada.
- d) A oração *“se, depois de anunciada, ela acontecesse de forma mansa e sem dores”* é uma oração subordinada adverbial condicional, enquanto *“Mas a medicina não entende”* é oração coordenada adversativa em relação ao período anterior.

7) Leia o trecho:

“Há dores que fazem sentido, como as dores do parto: uma vida nova está nascendo. Mas há dores que não fazem sentido nenhum. Seu velho pai morreu sofrendo uma dor inútil.”

Assinale a alternativa correta quanto ao uso da pontuação no período destacado.

- a) O uso dos dois-pontos em *“como as dores do parto: uma vida nova está nascendo”* é inadequado, pois deveria ser substituído por uma vírgula, já que não há explicação ou exemplificação.
- b) Os dois-pontos estão corretamente empregados para introduzir uma explicação que justifica a afirmação anterior (*“as dores do parto”*), reforçando a função explicativa da oração seguinte.
- c) Os dois-pontos poderiam ser substituídos por ponto e vírgula sem prejuízo do sentido, pois ambos os sinais possuem valor essencialmente enumerativo.
- d) A vírgula antes de *“como as dores do parto”* é obrigatória, já que toda oração iniciada por conjunção deve vir separada por vírgula.

8) Leia o fragmento:

“A ‘reverência pela vida’ exige que sejamos sábios para permitir que a morte chegue quando a vida deseja ir. Cheguei a sugerir uma nova especialidade médica, simétrica à obstetrícia: a ‘morienterapia’.”

Sobre o uso da crase nesse trecho, assinale a alternativa correta.

- a) O acento grave em *“à obstetrícia”* está correto porque resulta da fusão da preposição exigida pelo adjetivo *“simétrica”* com o artigo definido feminino que acompanha o substantivo *“obstetrícia”*.
- b) O uso da crase em *“à obstetrícia”* é indevido, pois não há artigo definido diante de substantivos abstratos femininos.
- c) A ocorrência da crase nesse contexto é facultativa, já que se trata de um termo abstrato e não de um nome próprio feminino.
- d) A crase só se justificaria se o termo *“obstetrícia”* viesse antecedido de um adjunto adnominal feminino que exigisse o artigo definido.

9) Leia o trecho da crônica:

“Há dores que fazem sentido, como as dores do parto: uma vida nova está nascendo. Mas há dores que não fazem sentido nenhum. Seu velho pai morreu sofrendo uma dor inútil. Qual foi o ganho humano? Que eu saiba, apenas a consciência apaziguada do médico, que dormiu em paz por haver feito aquilo que o costume mandava; costume a que frequentemente se dá o nome de ética.

Sobre o uso dos conectivos no trecho, assinale a alternativa correta:

- O conectivo “*como*” estabelece relação adversativa entre os elementos comparados.
- O conectivo “*Mas*” introduz uma oração subordinada causal, explicando a segunda afirmação.
- O conectivo “*por haver feito aquilo que o costume mandava*” introduz uma oração subordinada adverbial causal, indicando a razão pela qual o médico dormiu em paz.
- O conectivo “*Que eu saiba*” tem função meramente enfática, sem estabelecer relação lógica entre ideias.

10) Leia o trecho:

“Se os médicos dessem ouvidos ao pedido que a vida está fazendo, eles a ouviriam dizer: ‘Liberta-me’.”

Assinale a alternativa correta sobre a correlação de tempos e modos verbais no período destacado.

- A oração condicional “*Se os médicos dessem ouvidos...*” está no presente do subjuntivo, enquanto a principal “*eles a ouviriam dizer*” está no futuro do presente do indicativo.
- O período apresenta uma correlação adequada entre pretérito perfeito do subjuntivo na condicional e futuro do indicativo na principal, demonstrando condição possível e real.
- A oração condicional “*Se os médicos dessem ouvidos...*” está no pretérito imperfeito do subjuntivo, enquanto a oração principal “*eles a ouviriam dizer*” está no futuro do pretérito do indicativo, caracterizando uma hipótese irreal ou improvável no presente.
- Há uma inconsistência temporal, pois o modo subjuntivo na condicional deveria concordar com o indicativo da oração principal, que deveria estar no presente.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Marcelo Leite

- Um analista judiciário está analisando uma proposição composta que afirma: “Se o réu é culpado e tem antecedentes criminais, então ele cometeu o crime com premeditação ou agiu sob coação”. Determine o número de proposições simples presentes nessa proposição composta.**
 - 3
 - 4
 - 5
 - 6
- Um juiz está analisando um caso e afirma: “O estagiário não cometeu um erro ou o juiz não revisou o processo corretamente”. A negação lógica dessa afirmação é:**
 - O estagiário cometeu um erro e o juiz revisou o processo corretamente.
 - O estagiário não cometeu um erro e o juiz não revisou o processo corretamente.
 - O estagiário cometeu um erro ou o juiz revisou o processo corretamente.
 - O estagiário não cometeu um erro ou o juiz revisou o processo corretamente.
- Os prédios judiciários de uma cidade são identificados por letras que seguem uma sequência lógica. A sequência é: A, C, F, J, O, ?. A próxima letra na sequência é:**
 - X
 - V
 - W
 - U
- Um juiz precisa designar 5 processos diferentes (A, B, C, D e E) para 5 juizes diferentes (1, 2, 3, 4 e 5). Se o processo A já foi designado para o juiz 1, determine quantas maneiras diferentes são possíveis para designar os processos restantes aos juizes restantes.**
 - 60
 - 48
 - 24
 - 12

15) Um juiz está analisando dois processos independentes, cada um envolvendo um réu diferente. A probabilidade de que o réu do primeiro processo seja condenado é de 0,6, enquanto a probabilidade de que o réu do segundo processo seja condenado é de 0,7. A probabilidade de que ambos os réus sejam condenados é de:

- a) 0,36
- b) 0,42
- c) 0,48
- d) 0,54

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Rafael de Oliveira

16) A respeito dos princípios do Direito Administrativo, é correto afirmar que:

- a) O princípio da legalidade estabelece que a administração pública só pode atuar de acordo com a lei, não podendo agir conforme sua conveniência ou oportunidade, salvo em casos autorizados pela norma.
- b) O princípio da moralidade exige que a administração pública atue de acordo com padrões éticos e de boa-fé, sendo dispensável a legislação específica para sua aplicação.
- c) O princípio da publicidade exige que todos os atos administrativos sejam publicados, mas apenas os atos que envolvam interesse público precisam ser divulgados.
- d) O princípio da eficiência impõe à administração pública o cumprimento das normas de maneira estrita, sem considerar a busca por melhores resultados.

17) A respeito da administração pública, é correto afirmar que:

- a) A administração pública é composta pelos órgãos e agentes que exercem atividades em nome do Estado, tendo como finalidade a satisfação do interesse público.
- b) Os órgãos da administração pública são divididos em órgãos públicos, entidades e fundações, de forma que cada um pode atuar independentemente, sem a necessidade de coordenação entre eles.
- c) Os agentes públicos devem ser sempre servidores concursados, com vínculo permanente, não podendo ser contratados temporariamente para atender a necessidades excepcionais.
- d) A administração pública direta e indireta não possuem interdependência, funcionando de forma totalmente independente, sem qualquer necessidade de coordenação.

18) Sobre a distinção entre administração pública direta e indireta, é correto afirmar que:

- a) A administração pública direta é composta pelos entes federativos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), enquanto a administração pública indireta é composta por órgãos que exercem atividades de execução descentralizada.
- b) A administração pública indireta é composta exclusivamente por entidades como autarquias e fundações públicas, enquanto a administração pública direta é constituída apenas pelos órgãos administrativos.
- c) A administração pública direta tem a função de realizar atos administrativos em nome próprio, enquanto a administração pública indireta realiza apenas atividades complementares, sempre sob o comando da administração direta.
- d) A administração pública indireta é composta apenas por empresas públicas e sociedades de economia mista, não havendo outras entidades que possam ser classificadas dessa forma.

19) Sobre os poderes administrativos, é correto afirmar que:

- a) O poder regulamentar permite que a administração pública crie normas gerais e abstratas, mas sem vinculação às leis e regulamentos existentes.
- b) O poder disciplinar é utilizado para a imposição de sanções a particulares que violem normas administrativas, em razão de suas condutas irregulares.
- c) O poder hierárquico organiza e distribui as competências dentro da administração pública, determinando as relações de subordinação entre seus órgãos e agentes.
- d) O poder de polícia tem como principal objetivo a fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos, sendo exercido apenas em situações de emergência.

20) Em relação à licitação, é correto afirmar que:

- a) Na aplicação desta Lei, não serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942.
- b) A dispensa de licitação ocorre quando o valor do contrato está dentro de limites específicos e o procedimento de licitação é considerado desnecessário ou inconveniente.
- c) O procedimento licitatório deve sempre ser feito de forma pública, mas a administração pública pode realizar o processo de forma sigilosa quando se tratar de informações confidenciais.
- d) As sanções administrativas aplicáveis aos licitantes em caso de fraude são exclusivamente de caráter pecuniário, não havendo implicações de natureza penal.

21) Sobre os atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) A revogação de um ato administrativo ocorre quando ele é praticado com ilegalidade ou vício, sendo passível de anulação.
- b) A motivação de um ato administrativo é obrigatória apenas nos atos administrativos vinculados.
- c) A anulação de um ato administrativo é possível quando ele é praticado por ilegalidade, e a administração pública pode fazê-lo a qualquer momento, sem limitações.
- d) A revogação de um ato administrativo pode ocorrer quando ele for ilegal, sendo praticada por conveniência administrativa.

22) Sobre os contratos administrativos, é correto afirmar que:

- a) O contrato administrativo pode ser alterado unilateralmente pela Administração Pública, mas somente em razão de conveniência administrativa.
- b) O contrato administrativo não pode ser alterado em hipótese alguma, salvo erro material ou vício de consentimento.
- c) O contrato administrativo não precisa ser formalizado por escrito, exceto nos casos em que a lei exigir expressamente.
- d) A administração pública não pode alterar um contrato administrativo unilateralmente, salvo em situações de força maior.

23) Sobre a inexecução, revisão e rescisão de contratos administrativos, é correto afirmar que:

- a) a inexecução do contrato administrativo não gera consequências para o contratado, desde que este justifique a sua inadimplência.
- b) a rescisão unilateral do contrato administrativo pela administração pública é permitida, desde que o contratado seja culpado pela inadimplência.
- c) a revisão de um contrato administrativo pode ocorrer quando ocorrerem alterações nas condições econômicas da administração pública, tornando o cumprimento do contrato excessivamente oneroso.
- d) a inexecução de um contrato administrativo não gera penalidades, exceto em caso de inadimplemento total do contrato.

24) Em relação à responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das privadas prestadoras de serviço público, é correto afirmar que:

- a) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público é sempre subjetiva, ou seja, depende da demonstração de dolo ou culpa do agente público.
- b) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público é objetiva, independentemente da demonstração de culpa ou dolo, sendo atribuída em razão do risco que a atividade administrativa implica.
- c) As pessoas jurídicas privadas prestadoras de serviço público respondem civilmente de forma objetiva, mas apenas em casos de falha na prestação do serviço.
- d) As pessoas jurídicas de direito público e as privadas prestadoras de serviço público respondem civilmente de forma subjetiva, exigindo-se a comprovação de culpa ou dolo para a responsabilidade.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Maria Júlia

25) Joana, grávida de 8 meses, foi convocada para realizar o Teste de Aptidão Física (TAF) em concurso público para agente de polícia. O edital não previa segunda chamada. Ela pediu ao Judiciário o direito de remarcar o exame. À luz da jurisprudência do STF, a decisão correta será:

- a) indeferir o pedido, pois a remarcação do TAF depende de previsão no edital.
- b) indeferir o pedido, pois a gravidez não constitui motivo suficiente.
- c) deferir o pedido, reconhecendo a inconstitucionalidade da exigência de submissão imediata, garantindo igualdade material.
- d) deferir o pedido, mas apenas se Joana comprovar risco à saúde do bebê.

26) Um cidadão descobriu que o prefeito celebrou contrato superfaturado de obras públicas, causando prejuízo ao erário municipal. Deseja ajuizar ação para anular o ato lesivo e responsabilizar os envolvidos. Nesse caso:

- a) poderá ajuizar ação popular, sendo parte legítima apenas o cidadão no gozo dos direitos políticos.
- b) poderá ajuizar mandado de segurança coletivo, em defesa do interesse da coletividade.
- c) deverá ajuizar habeas data, já que o contrato está em banco de dados público.
- d) não poderá ajuizar ação popular, pois somente o Ministério Público tem legitimidade para essa demanda.

27) Durante disputa federativa, três situações foram identificadas:

- I – Praias marítimas de um município turístico;
- II – Rio que banha dois Estados;
- III – Ilha costeira que contém a sede do Município.

Com base na CF/1988, assinale a alternativa correta sobre o domínio desses bens.

- a) I é do Município; II é do Estado; III é da União.
- b) I é da União; II é da União; III é do Estado.
- c) I é da União; II é da União; III é do Município (salvo áreas afetadas a serviço público ou unidade ambiental federal).
- d) I é do Estado; II é do Município; III é da União.

28) Em 2026, o TJ “Alfa” abriu concurso para juiz substituto. O edital previu: (i) exigência de 2 anos de atividade jurídica; (ii) participação da OAB apenas na banca de títulos; (iii) possibilidade de o tribunal não promover por merecimento juiz que reteve autos sem justificativa; (iv) lista de merecimento com promoção obrigatória após três vezes consecutivas ou cinco alternadas. Assinale a alternativa correta.

- a) O edital está integralmente compatível com a CF/1988.
- b) Apenas o item (ii) está incompatível com a CF/1988.
- c) Os itens (i) e (ii) contrariam a CF/1988; (iii) e (iv) estão conformes.
- d) Somente o item (i) contraria a CF/1988, pois o mínimo é de 4 anos de atividade jurídica.

29) Diego é professor efetivo do Município Y e foi eleito Vereador. O horário das sessões legislativas coincide com parte de sua jornada escolar. O RH informou que ele perderá seus vencimentos do magistério. Conforme o art. 38 da CF, assinale a opção correta.

- a) Havendo compatibilidade de horários, Diego perceberá as vantagens do cargo de professor sem prejuízo da remuneração do mandato; não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, com opção pela remuneração, aplicando-se a regra do inciso II.
- b) Em qualquer caso, deverá ser afastado sem direito de opção remuneratória.
- c) O tempo de serviço durante o mandato não conta para nenhum efeito legal.
- d) Investido no mandato de Vereador, Diego deve ser exonerado do cargo efetivo.

30) Conforme o art. 195 da CF/1988, a seguridade social será financiada por toda a sociedade. Entre as contribuições previstas, inclui-se:

- a) contribuição do trabalhador sobre aposentadoria e pensão recebidas do Regime Geral de Previdência Social.
- b) contribuição social incidente sobre a importação de bens ou serviços do exterior.
- c) contribuição de pessoas físicas doadoras em campanhas eleitorais.
- d) contribuição exclusivamente da União sobre receitas de petróleo e gás.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

Cristiny Rocha

31) Nos termos do Código Civil, assinale a alternativa incorreta.

- a) É anulável o negócio jurídico celebrado por pessoa relativamente incapaz, bem como aquele praticado com vício de consentimento, como erro, dolo ou coação.
- b) O negócio jurídico anulável não pode ser confirmado pelas partes, ainda que haja manifestação de vontade expressa em manter o ato.
- c) A execução voluntária de um negócio jurídico anulável, ciente a parte do vício que o macula, equivale à confirmação tácita e extingue as ações ou exceções que poderiam ser propostas contra ele.
- d) Se a anulabilidade decorrer da ausência de autorização de terceiro, o ato pode ser validado com a autorização posterior.

32) Com base no Código Civil, acerca da representação e dos limites dos poderes do representante, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O negócio jurídico celebrado pelo representante, dentro dos limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representado.
- b) É anulável o negócio que o representante celebrar consigo mesmo, salvo se a lei ou o representado autorizarem.
- c) O representante não precisa comprovar a extensão de seus poderes às pessoas com quem tratar em nome do representado, pois se presume que todos saibam da sua autoridade.
- d) É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, desde que tal fato fosse, ou devesse ser, do conhecimento de quem com ele tratou.

33) Com base no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA sobre a prescrição.

- a) A renúncia à prescrição só terá validade se for expressa ou tácita, e, no caso de ocorrer, não poderá prejudicar terceiros.
- b) Os prazos de prescrição podem ser modificados por acordo entre as partes, desde que haja consentimento mútuo.
- c) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição pela parte beneficiada.
- d) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

34) Com base no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA sobre a prova do fato jurídico e a escritura pública.

- a) O fato jurídico pode ser provado por confissão, documento, testemunha, presunção ou perícia, salvo quando a lei exigir forma especial.
- b) A confissão é sempre irrevogável e não pode ser anulada.
- c) A confissão feita por representante só é eficaz nos limites em que este pode vincular o representado.
- d) A escritura pública é documento dotado de fé pública, devendo conter, entre outros requisitos, data, local, identificação das partes, manifestação de vontade e assinatura do tabelião.

35) Com base no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA sobre indenização por danos.

- a) A indenização mede-se pela extensão do dano, podendo o juiz reduzir equitativamente se houver desproporção entre a culpa e o dano.
- b) Quando a vítima concorre culposamente para o evento danoso, sua indenização poderá ser reduzida proporcionalmente à sua culpa.
- c) A obrigação indeterminada só poderá ser satisfeita mediante cumprimento na espécie ajustada, não havendo substituição por valor em moeda corrente.
- d) No caso de homicídio, a indenização inclui despesas com tratamento, funeral, luto da família e prestação de alimentos às pessoas que dependiam economicamente da vítima.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Cristiny Rocha

36) Com relação à intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, nos termos do CPC, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Ministério Público deverá intervir, obrigatoriamente, nos processos que envolvam interesse público ou social, interesse de incapaz ou litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.
- b) O simples fato de a Fazenda Pública figurar como parte no processo obriga a intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, diante do interesse público evidente.
- c) O prazo para o Ministério Público intervir nos casos em que sua atuação é exigida é de 30 (trinta) dias.
- d) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.

37) Com base no CPC, assinale a alternativa correta.

- a) O juiz pode decidir por equidade sempre que considerar que a aplicação da lei não conduz a um resultado justo.
- b) O juiz pode conhecer de questões não suscitadas pelas partes, ainda que a lei exija iniciativa delas.
- c) O juiz que, no exercício da função, procede com dolo ou fraude, responderá civil e regressivamente por perdas e danos.
- d) Se o juiz se convencer de que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado, deve remeter os autos ao Ministério Público, sem poder aplicar penalidade de ofício.

38) Com base no CPC, assinale a alternativa incorreta.

- a) A intervenção do amicus curiae pode ser admitida de ofício pelo juiz ou relator, ou a requerimento das partes, no prazo de 15 dias a contar de sua intimação.
- b) A decisão que admite a intervenção do amicus curiae é irrecorrível, ressalvados os embargos de declaração e a hipótese de julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas.
- c) A intervenção do amicus curiae altera a competência do juízo, já que amplia a legitimidade processual das partes.
- d) O juiz ou relator poderá, na decisão que admitir o amicus curiae, delimitar os poderes de atuação desse terceiro.

39) Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta.

- a) A instauração do incidente suspenderá o processo, ainda que o pedido de desconconsideração tenha sido formulado na petição inicial.
- b) Se a desconconsideração for requerida já na petição inicial, será dispensada a instauração do incidente, mas deverá ser assegurada a citação do sócio ou da pessoa jurídica.
- c) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica pode ser instaurado em qualquer fase do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- d) Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para se manifestar e produzir provas cabíveis no prazo de 15 dias.

40) Nos termos do art. 337 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta.

- a) Incumbe ao réu alegar, antes de discutir o mérito, matérias como inexistência ou nulidade da citação, litispendência, coisa julgada, perempção e inépcia da petição inicial.
- b) A litispendência ocorre quando se repete ação já decidida por decisão transitada em julgado.
- c) O juiz pode conhecer de ofício das matérias enumeradas no art. 337, excetuadas a convenção de arbitragem e a incompetência relativa.
- d) Se o réu não alegar a existência de convenção de arbitragem, considera-se aceita a jurisdição estatal e renunciado o juízo arbitral.

41) Nos termos do Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta.

- a) São absolutamente incapazes de depor como testemunhas, dentre outros, o interdito por enfermidade mental, o que tiver menos de 16 anos e o cego ou surdo, quando a ciência do fato depender dos sentidos que lhes faltam.
- b) São impedidos de depor o cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes e colaterais até o terceiro grau das partes, salvo quando o interesse público exigir ou, tratando-se de causa relativa ao estado da pessoa, não houver outro meio de prova.
- c) O juiz, excepcionalmente, poderá admitir o depoimento de testemunha menor, impedida ou suspeita, sendo estes prestados sem compromisso e com valor probatório a critério do magistrado.
- d) As testemunhas somente poderão ser ouvidas na sede do juízo, sendo vedado ao magistrado designar outro local para a inquirição, ainda que a testemunha esteja impossibilitada de comparecer.

42) Nos termos do Código de Processo Civil acerca da perícia, assinale a alternativa incorreta.

- a) Incumbe ao juiz indeferir quesitos considerados impertinentes, bem como formular aqueles que entenda necessários para o esclarecimento da causa.
- b) As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, desde que sejam plenamente capazes e que a causa admita solução por auto-composição.
- c) A perícia consensual, quando aceita pelas partes e homologada, tem efeito apenas complementar, não substituindo a realizada pelo perito nomeado pelo juiz.
- d) O perito e os assistentes técnicos devem entregar, respectivamente, laudo e pareceres no prazo fixado pelo juiz, sendo a perícia consensual realizada em data e local previamente anunciados.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renato Pulz

43) Assinale a alternativa incorreta sobre a aplicação da lei penal.

- a) O princípio da anterioridade penal está expressamente previsto na lei.
- b) O código penal adotou a teoria da atividade em relação à aplicação da lei penal no tempo.
- c) O instituto da “abolitio criminis” é uma construção jurisprudencial e doutrinária, não encontrando previsão no código penal.
- d) Na contagem de prazo da lei penal inclui-se o dia do começo no cômputo do prazo.

44) Sobre a culpabilidade e suas causas de exclusão, marque a alternativa correta.

- a) O exercício regular de direito é uma causa de exclusão da culpabilidade.
- b) A potencial consciência da ilicitude é um dos elementos da culpabilidade.
- c) A embriaguez voluntária exclui a culpabilidade.
- d) A coação física irresistível exclui a culpabilidade.

45) Sobre os crimes contra a administração pública, marque a alternativa correta.

- a) Nos crimes praticados por funcionário público contra a administração pública há crimes na forma culposa.
- b) O funcionário público que se apropria de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem comete o crime de apropriação indébita.
- c) Comete corrupção passiva o agente que exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- d) A conduta de deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente configura o crime de prevaricação.

46) Marque a alternativa correta sobre os Crimes de Responsabilidade Fiscal (Lei n. 10.028/2000).

- a) Comete o crime de contratação de operação de crédito agente que ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo.
- b) É crime ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, no último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.
- c) Ordenação de despesa não autorizada é apenas infração administrativa.
- d) Comete crime o agente que ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos noventa dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.

47) Sobre a lei de abuso de autoridade, marque a alternativa correta.

- a) A lei se aplica somente aos servidores da administração pública direta.
- b) A lei não se aplica a servidores públicos militares, que tem legislação própria.
- c) Todos os crimes previstos nesta lei são de ação penal pública incondicionada.
- d) Na referida lei há previsão de penas de reclusão e de detenção, além de penas restritivas de direitos.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Douglas Vargas

48) Quanto à aplicabilidade da lei processual no tempo, e considerando ainda as questões sobre a validade dos atos realizados sob a vigência de lei anterior no direito processual penal, é correto afirmar que:

- a) a lei processual penal nova é regida pelas mesmas normas da lei penal material quanto à ultratividade, aplicabilidade e retroatividade.
- b) a lei processual penal nova aplica-se desde logo, devendo os atos praticados sob a vigência da anterior serem revalidados em audiência e com observância do contraditório.
- c) a lei processual penal nova aplica-se apenas a novos processos, iniciados após sua vigência.
- d) a lei processual penal nova aplica-se desde logo, não havendo prejuízo para os atos praticados sob a vigência da lei anterior.

49) Sobre a reprodução simulada dos fatos, considerando a norma vigente presente no Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- a) não há, atualmente, em respeito ao contraditório, previsão legal para reprodução simulada dos fatos em sede de inquérito, somente em juízo.
- b) há possibilidade de reprodução simulada dos fatos em sede de inquérito policial, desde que o procedimento seja acompanhado por membro do Ministério Público.
- c) há possibilidade de reprodução simulada dos fatos em sede de inquérito policial, desde que o procedimento não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- d) há obrigatoriedade de reprodução simulada dos fatos em sede de inquérito policial, no caso de crimes graves, desde que o procedimento não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

- 50) Sobre a ação penal privada nos crimes de ação pública, a chamada ação penal privada subsidiária da pública, é correto afirmar que:**
- a) é direito constitucional da vítima, caso deseje exercê-lo, em qualquer caso.
 - b) é direito que só pode ser exercido pela vítima se o Ministério Público não denunciar o autor do delito, como ocorre, por exemplo, nos casos em que o MP se manifesta pela inexistência de crime ou ausência de indícios de autoria.
 - c) não é instituto admitido no direito pátrio.
 - d) é instituto admissível nos casos em que o Ministério Público não intenta a ação pública no prazo legal.
- 51) Considerando-se que o limite territorial entre duas ou mais jurisdições é incerto, a competência jurisdicional será determinada, via de regra:**
- a) pelo domicílio do réu.
 - b) pelo domicílio da vítima.
 - c) pela conexão.
 - d) pela prevenção.
- 52) Quanto ao interrogatório do acusado, segundo o Código de Processo Penal, é correto afirmar que:**
- a) é procedimento que será sempre realizado em sala de audiência.
 - b) é procedimento que não pode ser realizado por videoconferência.
 - c) para maior efetividade, o rito do interrogatório prevê óbice à entrevista prévia e reservada entre interrogado e seu defensor.
 - d) em caso de interrogatório de réu preso, do interrogatório deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

LEGISLAÇÃO

Ricardo Blanco, Sérgio Gaúcho e Núbia de Paula

- 53) Os cargos públicos serão providos, exceto por:**
- a) nomeação.
 - b) promoção.
 - c) reintegração.
 - d) ascensão.

- 54) Assinale a alternativa que não indica uma forma de vacância.**
- a) Exoneração.
 - b) Demissão.
 - c) Promoção.
 - d) Reintegração.
- 55) Assinale a opção incorreta.**
- a) A duração normal do trabalho será de seis horas por dia ou trinta horas por semana, podendo, extraordinariamente, ser prorrogada ou antecipada, na forma que dispuser o regulamento.
 - b) Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, a duração normal do trabalho noturno será de seis horas por dia, podendo, extraordinariamente, ser prorrogada ou antecipada, na forma que dispuser o regulamento.
 - c) Considera-se noturno o trabalho executado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.
 - d) A duração normal do trabalho do funcionário que ocupar cargo do Serviço Técnico Científico será de duas horas por dia, ou vinte horas semanais, podendo excepcionalmente ser aumentada mediante antecipação ou prorrogação do expediente pela autoridade competente.
- 56) Sobre a Resolução CNJ n. 185/2013, que institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, analise as afirmativas abaixo e atribua-lhes valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).**
- () Meio eletrônico é toda forma de comunicação à distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores.
 - () Os atos processuais terão registro, visualização, tramitação e controle exclusivamente em meio eletrônico e serão assinados digitalmente, contendo elementos que permitam identificar o usuário responsável pela sua prática.
 - () É vedado criar funcionalidade no sistema para exclusão prévia de magistrados do sorteio de distribuição por qualquer motivo, exceto quando se tratar de impedimento ou suspeição.
- a) F - V - F
 - b) V - V - F
 - c) V - F - V
 - d) F - F - V

- 57) A Resolução n. 185/2013 do Conselho Nacional de Justiça institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe. De acordo com a resolução mencionada, assinale a alternativa que apresenta a definição de assinatura digital.**
- a) Conjunto de metadados e documentos eletrônicos correspondentes a todos os atos, termos e informações do processo.
 - b) Resumo matemático computacionalmente calculado a partir do uso de chave privada e que pode ser verificado com o uso de chave pública, estando o detentor do par de chaves certificado dentro da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Br), na forma da legislação específica.
 - c) Ambiente de armazenamento ou tráfego de informações digitais.
 - d) Processo de reprodução ou conversão de fato ou coisa, produzidos ou representados originalmente em meio não digital, para o formato digital.
- 58) De acordo com a Resolução CNJ n. 185/2013, considera-se indisponibilidade do sistema PJe a falta de oferta ao público externo, diretamente ou por meio de webservice, dos serviços de consulta aos autos digitais; transmissão eletrônica de atos processuais; ou acesso a citações, intimações ou notificações eletrônicas. Os prazos que vencerem no dia da ocorrência de indisponibilidade de quaisquer desses serviços serão prorrogados para o dia útil seguinte, quando:**
- a) a indisponibilidade for superior a 60 (sessenta) minutos em feriados e finais de semana.
 - b) ocorrer indisponibilidade entre 23h00 e 24h00, desde que superior a 15 (quinze) minutos.
 - c) a indisponibilidade for superior a 60 (sessenta) minutos, ininterruptos ou não, se ocorrida entre 6h00 e 23h00.
 - d) ocorrer indisponibilidade entre 0h00 e 6h00 dos dias de expediente forense.
- 59) Em determinada comarca, o Tribunal de Justiça de Pernambuco implementou o processo judicial eletrônico, regulamentando a utilização da assinatura digital e da publicação de atos processuais por meio eletrônico. Um advogado alegou que não reconhecia a validade da intimação recebida no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), sustentando que a publicação deveria ocorrer em jornal impresso oficial. À luz da Lei n. 11.419/2006, assinale a alternativa correta:**
- a) O advogado tem razão, pois a Lei n. 11.419/2006 não reconhece a publicação eletrônica como meio oficial de comunicação dos atos processuais.
 - b) A publicação em meio eletrônico no Diário da Justiça Eletrônico é considerada meio oficial de publicação, substituindo qualquer outro meio, salvo disposição em contrário.
 - c) A publicação eletrônica possui caráter meramente complementar, devendo ser sempre acompanhada da publicação impressa para ter validade.
 - d) A publicação no DJe somente será considerada válida se houver prévia anuência expressa do advogado cadastrado no sistema eletrônico.
- 60) João, advogado cadastrado no sistema de processo eletrônico do TJ-PE, acessou o portal do tribunal e verificou, em 05/09/2025, a disponibilização de intimação eletrônica relativa a um processo de sua responsabilidade. Contudo, ele somente abriu a intimação em 15/09/2025. Considerando as disposições da Lei n. 11.419/2006, o prazo para João cumprir a determinação judicial começará a correr:**
- a) A partir de 05/09/2025, data da disponibilização da intimação no portal eletrônico.
 - b) A partir de 06/09/2025, primeiro dia útil após a disponibilização da intimação no portal eletrônico.
 - c) A partir de 15/09/2025, data em que João efetivamente abriu a intimação no sistema.
 - d) No dia 12/09/2025, considerado o termo final do prazo de 10 dias para que a intimação seja automaticamente considerada realizada, caso não haja acesso anterior.

DISCURSIVA
Andréa Cerqueira

TEXTO MOTIVADOR

Texto 1

A falsidade documental constitui um dos crimes mais graves contra a fé pública, pois atinge diretamente a confiança depositada nas instituições, nas relações jurídicas e na própria sociedade. Quando um documento público ou particular é falsificado, não se prejudica apenas o destinatário imediato da fraude, mas toda a ordem jurídica, uma vez que os documentos são instrumentos essenciais para garantir a segurança, a autenticidade e a veracidade das relações sociais e econômicas. Casos de falsificação de certidões, contratos, diplomas ou documentos de identificação expõem vulnerabilidades no controle e na fiscalização, exigindo maior rigor por parte das autoridades competentes. O prejuízo vai além do econômico: a insegurança jurídica compromete decisões judiciais, negócios e a própria percepção de justiça e confiança social.

Texto 2

O avanço da tecnologia, embora tenha trazido maior agilidade e segurança para a emissão e armazenamento de documentos, também abriu espaço para formas sofisticadas de falsificação. Documentos digitais, assinaturas eletrônicas e sistemas informatizados de registro estão sujeitos a fraudes cada vez mais complexas, exigindo atualização constante da legislação penal e procedimentos de investigação mais eficientes. Além disso, a formação de profissionais capacitados para identificar fraudes e a conscientização da sociedade sobre os riscos da falsidade documental tornam-se elementos essenciais para prevenir a prática desses crimes. Nesse contexto, a proteção da fé pública exige uma articulação entre normas jurídicas, tecnologia, educação e fiscalização.

Levando-se em conta que os textos acima têm caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

A falsidade documental como ameaça à fé pública e à segurança jurídica

Discorra sobre seus efeitos, desafios contemporâneos e medidas para prevenção e repressão desse crime.

Orientações para a sua redação:

- **Extensão: 20 a 30 linhas;**
- **Mantenha norma culta, clareza, objetividade, coesão e coerência;**
- **Fundamente suas ideias com base nos textos motivadores e em conhecimentos jurídicos gerais;**
- **Explore impactos sociais, jurídicos e tecnológicos da falsidade documental;**
- **Apresente propostas consistentes para prevenção e repressão desse tipo de crime.**

Transcreva a redação de no mínimo 20 linhas e no máximo 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
3º SIMULADO
TÉCNICO JUDICIÁRIO - FUNÇÃO JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL)

Folha de Respostas

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

REDAÇÃO

SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva